

O Ensino Médio Integrado na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina: repercussões da Lei 13.415/2017

High School Integrated into the Santa Catarina State Education Network: repercussions of Law 13.415/2017

Recebido: 15/01/2025 | **Revisado:** 17/06/2025 | **Aceito:** 17/06/2025 | **Publicado:** 08/11/2025

Filomena Lucia Gossler Rodrigues da Silva
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8275-7714>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
E-mail: filomena.silva@ifc.edu.br

Janice Kleemann Thomé da Cruz Bunn
ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-6161-7678>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
E-mail: janicekbunn@gmail.com

Como citar: SILVA, F. L. G. R.; BUNN, J. K. T. C. O Ensino Médio Integrado na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina: repercussões da Lei 13.415/2017. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 02, n. 25, p.1-19 e18204, nov. 2025. ISSN 2447-1801. Disponível em: <Endereço eletrônico>.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

Integrado pela Rede Estadual de Santa Catarina, destacando as repercussões sobre tais cursos após a Reforma do Ensino Médio produzida pela Lei n. 13.415/2017. Metodologicamente, o artigo possui abordagem qualitativa e se utilizou de estudos bibliográficos, análise documental e dados de duas pesquisas de campo. Os estudos demonstraram que a reforma do Ensino Médio repercutiu sobre a formação dos jovens que frequentam o Ensino Médio Integrado, sonhando-lhes o direito à formação geral básica, tanto pela redução da carga horária quanto pela instituição de uma carga horária não presencial. As escolas vêm perdendo sua autonomia e os jovens, que tiveram a promessa do protagonismo quanto às suas escolhas, estão sendo subsumidos às decisões dos gestores e daqueles com os quais dialogam ou sofrem influências a uma formação geral básica precarizada e uma formação profissional ajustada para a formação de mão de obra que atenda aos interesses do mercado.

Palavras-chave: Ensino Médio Integrado; Reforma do Ensino Médio; Santa Catarina.

Abstract

The article presents reflections on the provision of Integrated High School by the Santa Catarina State Network, highlighting the repercussions on such courses after the High School Reform produced by Law n. 13.415/2017. Methodologically, the article has a qualitative approach and used bibliographic studies, documentary analysis and data from two field research. Studies have shown that the reform of secondary education had an impact on the training of young people who attend Integrated Secondary Education, denying them the right to basic general training, both by reducing the course load and by establishing a non-face-to-face course load. Schools have been losing their autonomy and young people, who were promised a leading role in their choices, are being subsumed into the decisions of

managers and those with whom they speak or are influenced by precarious basic general training and professional training of labor that meets the interests of the market.

Keywords: Integrated High School; Secondary Education Reform; Santa Catarina.

1 INTRODUÇÃO

A possibilidade de integrar o Ensino Médio à Educação Profissional surgiu após um movimento de educadores brasileiros que “teve como marco, de modo particular, a mobilização do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, em defesa de um sistema público e gratuito de educação [...]” (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012) que culminou na revogação do Decreto n. 2.208/1997 e na aprovação do Decreto n. 5.154/2004. Segundo Ciavatta (2012, p. 102),

O Decreto 5154/04 trouxe abertura e o estímulo à formação integrada, mas não trouxe a garantia de sua implementação. Seu horizonte está na sociedade, na adesão ou recusa das escolas, gestores, professores e alunos (com suas famílias) de avançar para a ruptura com todas as formas duais que permeiam a sociedade brasileira.

A partir do Decreto n. 5.154/2004, o Ministério da Educação/MEC, por meio da Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico/SEMTEC, com o objetivo de incentivar a oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional/EMIEP, estabeleceu termos de convênio com apoio financeiro, político e pedagógico para as Secretarias de Educação. Os estados do Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina foram os primeiros a aderirem à oferta de tais cursos e iniciaram a elaboração de seus projetos de implementação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

A Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED/SC) firmou o convênio, em agosto de 2004, e para a implementação dos cursos de Ensino Médio Integrado instituiu uma comissão com profissionais do órgão central ligados às áreas do Ensino Médio e da Educação Profissional juntamente com as consultorias da professora Dr^a Roselane Fátima Campos (UFSC) e professora Dr^a Leda Scheibe (UNOESC), além da professora Dr^a Lucília Regina de Souza Machado, vinculada ao Ministério da Educação.

Segundo consta no Caderno Pedagógico elaborado pela SED/SC à época, para a implementação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

Foi necessária a consolidação de um projeto social para a implantação desta modalidade de ensino. Uma formação integral e integrada, voltada para a constituição de cidadãos agentes de transformação, de

desenvolvimento e de melhor qualidade de vida, sobretudo recuperando a identidade local e a dignidade de cada indivíduo, requer uma participação na qual as diversas instâncias responsáveis pela educação manifestem a vontade política de romper com uma sistemática de formação voltada unicamente para o mercado de trabalho. Este projeto está pautado, portanto, na justiça social e no desenvolvimento econômico local (Santa Catarina, 2007, p. 8).

O processo de elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de Ensino Médio Integrado da rede estadual, ocorreu no período de 2004 a 2006, por meio da gestão descentralizada, em 29 Gerências Regionais de Educação (hoje denominadas Coordenadorias Regionais de Educação - CRE).

O Plano de Trabalho, elaborado pela SED, contou com a formação continuada dos gestores e professores das 29 escolas que ofertaram os cursos, por meio da realização de seminários e fóruns de discussão com o acompanhamento da consultoria estadual e nacional. As 29 escolas também tiveram o assessoramento técnico-pedagógico das equipes de ensino das Gerências Regionais com o objetivo de monitorar e orientar as ações de gestão do trabalho pedagógico, da organização curricular, da necessária infraestrutura da escola, bem como das ações de apoio aos alunos.

É importante destacar que a implementação do Ensino Médio Integrado pelas escolas da rede estadual de ensino em todas as regiões de Santa Catarina ocorreu após um amplo processo de discussão realizado entre a SED/SC, as Gerências Regionais de Educação e as Unidades Escolares, observando critérios de regionalização e a ausência de Centros de Educação Profissional (CEDUPs) para a definição dos locais de oferta dos primeiros cursos, assim como as necessidades apresentadas para o desenvolvimento de cada região.

A evolução da oferta dos cursos de Ensino Médio Integrado em Santa Catarina ocorreu de forma gradativa e, a partir de 2016, estendeu-se aos Centros de Educação Profissional (CEDUPs), às escolas do campo e às escolas indígenas. Conforme o Censo Escolar da Educação Básica/INEP/2022, os anos de 2010 e 2011 — nos quais foram ofertados 85 cursos — representaram o período de maior oferta de cursos Ensino Médio Integrado pela rede estadual de Santa Catarina, ao passo que, no ano de 2015, foram disponibilizados apenas 45 cursos (Brasil, 2023). Em 2023, houve a retomada da sua oferta, com 72 cursos disponibilizados, num processo bastante conturbado em função das repercussões da Reforma do Ensino Médio sobre tais cursos, como veremos a seguir.

2 METODOLOGIA

Este artigo apresenta dados de duas pesquisas de abordagem qualitativa, que se utilizaram de pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo. Ambas as pesquisas, intituladas “Reforma do Ensino Médio em Santa Catarina: repercussões sobre o trabalho docente e a formação das juventudes” e “O Ensino

Médio Integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Santa Catarina: percurso, avanços e retrocessos”, tramitaram e foram aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, sob números de protocolo CAAE/IFC 73361923.8.0000.8049 e CAAE 75788323.3.0000.8049 respectivamente.

Para este artigo, utilizamos de pesquisa documental com o propósito de demonstrar os impactos da reforma educacional, por meio da análise de pareceres do Conselho Estadual de Educação relacionados a um dos cursos de Ensino Médio Integrado analisados, assim como de documentos orientadores do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

No que diz respeito à pesquisa de campo, trabalhamos com excertos de entrevistas realizadas com gestores do Ensino Médio da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (identificados como GESTOR-NEM-SED), coordenadores do Novo Ensino Médio de escolas de Ensino Médio da rede pública estadual de ensino catarinense (identificados como COORD-NEM-ESCOLA) e com o representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (identificado como REP-SINTE/SC).

3 REPERCUSSÕES DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO EM SANTA CATARINA SOBRE OS CURSOS DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO

Na rede estadual de Santa Catarina, a reforma do Ensino Médio teve como marco, em 2020 e 2022, a publicação cinco cadernos que instituíram o Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense (CBEMTC). São eles: Caderno 1 – Disposições Gerais (Santa Catarina, 2020a); Caderno 2 – Formação Geral Básica (Santa Catarina, 2020b); Caderno 3 – Portfólio de Trilhas de Aprofundamento (Santa Catarina, 2020c); o Caderno 4 – Componentes Curriculares Eletivos: Construindo e Ampliando Saberes – Portfólio dos(as) Educadores(as) (Santa Catarina, 2020d) e o Caderno 5 – Trilhas de Aprofundamento da Educação Profissional e Tecnológica (Santa Catarina, 2022).

O Novo Ensino Médio (NEM) começou a ser implementado pela SED/SC em 2019, com a definição das escolas-piloto e as discussões iniciais acerca do currículo de tais cursos. Em 2020, iniciou a implementação em 120 escolas-piloto, todas com experiências em programas anteriores como o Ensino Médio Integral em Tempo Integral e o Ensino Médio Inovador.

As 120 escolas-piloto podem ser consideradas laboratórios para a implementação da reforma do Ensino Médio no estado, bem como para a construção das matrizes curriculares voltadas para adequar o currículo à Lei n. 13.415/2017 (Brasil, 2017). Tal currículo é estruturado em duas partes: a Formação Geral Básica, com no máximo 1.800 horas, e a Parte Flexível, com no mínimo 1.200 horas. Conforme o Caderno 1 – Disposições Gerais, a parte flexível do currículo:

[...] se configura na forma de Itinerários Formativos, compostos por um conjunto de situações e atividades educativas que os estudantes

podem escolher, conforme seu interesse, para aprofundar e ampliar aprendizagens em uma ou mais áreas de conhecimento e/ou formação técnica e profissional (Santa Catarina, 2020a, p. 50).

De acordo com Kuenzer (2020), a flexibilização da proposta curricular do Ensino Médio pode ser compreendida como uma expressão pedagógica do regime de acumulação flexível, inserido na lógica da distribuição desigual do conhecimento. É importante destacar que a Lei n. 13.415/2017, ao induzir a flexibilização curricular, abriu espaço para o estabelecimento de convênios com instituições públicas e privadas, responsáveis pela oferta da formação técnica e profissional no formato presencial ou à distância. Além de permitir a validação de competências obtidas por meio de cursos ou experiências adquiridas em espaços extraescolares, permitindo que pelo menos parte da formação dos jovens passasse por um processo de desescolarização.

Os itinerários formativos da parte flexível do currículo do Ensino Médio para as escolas da Rede Estadual de Santa Catarina foram constituídos da seguinte forma: Projeto de Vida, Componentes curriculares eletivos, Segunda Língua Estrangeira e Trilhas de Aprofundamento — entre elas, as trilhas da formação técnica e Profissional. Tal estrutura também foi utilizada pela SED/SC para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, o que levou à terminalidade dos cursos de Ensino Médio Integrado ainda em 2021, sob a alegação de:

[...] seguir a estrutura do currículo do Ensino Médio [...] formação geral básica e itinerário que vai ter [...] os componentes curriculares eletivos, projeto de vida, segunda língua e trilhas. Então o estudante que queria fazer EPT, faria o mesmo percurso, a mesma estrutura. [...] as disciplinas técnicas seriam organizadas como trilhas para respeitar a estrutura do desenho (GESTOR-NEM-SED1).

Foi para colocar todos na mesma estrutura. Porque a estrutura é: formação geral básica e depois os itinerários, com trilha. [...] o EMIEP, houve um entendimento equivocado na época de que ele precisaria terminar [...] a estrutura curricular deveria ser igual para o Ensino Médio e para educação profissional (GESTOR-NEM-SED3).

Essa compreensão equivocada da SED/SC repercutiu de maneira expressiva na organização curricular do Ensino Médio Integrado, resultando em uma formação dos jovens mais fragmentada. Esse encaminhamento conduziu as escolas para uma direção contrária do que se pretendia com os cursos integrados, ou seja, que a formação da Educação Básica e do Ensino Médio pudesse oferecer condições materiais necessárias para o processo de construção de consciências intelectuais e eticamente autônomas, bem como uma sólida formação técnica para a inserção desses jovens no mundo do trabalho.

Assim, a nova organização curricular do Ensino Médio Integrado assumiu um caráter de formação utilitarista, fragmentada e fortemente comprometida com o atendimento das demandas do mercado, comprometendo a formação de qualidade e

integral do jovem, em desacordo a concepção do Ensino Médio Integrado que visa a “[...] formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos” (Ramos, p. 40; *apud* Brasil, 2007).

Essa organização também reverberou nas práticas institucionais que orientaram a autorização de novos cursos. A análise dos pareceres de autorização de novos cursos de Ensino Médio Integrado, do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina para a rede estadual, nos permitiu perceber que de 2019 a 2022 não houve autorização de novos cursos, o que corresponde ao mesmo período que estava em discussão a Base Nacional Comum Curricular e a elaboração do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense para a implementação do Novo Ensino Médio.

De acordo com os dados coletados na pesquisa, a implementação do novo currículo do Ensino Médio não aconteceu como o esperado pelas escolas da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, especialmente no que diz respeito às condições materiais concretas. A falta de estrutura física e didática das escolas para ofertar as trilhas de aprofundamento; a falta de professores capacitados para trabalhar com as disciplinas da área técnica e as disciplinas eletivas que passaram a compor o currículo escolar; a impossibilidade para ofertas de trilhas de aprofundamento e componentes curriculares eletivos variados em municípios com apenas uma escola de Ensino Médio; a matriz curricular extensa, com 44 aulas semanais; a falta de acesso à alimentação adequada dos alunos que passaram a frequentar a escola em período integral; e as dificuldades com o transporte escolar, resumem os problemas decorrentes de tal reforma educacional no estado. Essa questão foi pontuada pelo representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina, destacando que:

[...] as escolas em Santa Catarina [...] sempre tiveram várias precariedades, sempre foram unidades escolares com muitas dificuldades na infraestrutura, mas o novo Ensino Médio, como traz outras formas, também trilhas e ofertas, principalmente no ensino técnico, ele precisa de uma estrutura muito maior. Então, havia necessidade de laboratórios; não foram construídos. Nos locais que haviam laboratórios, faltava energia elétrica ou internet. Então não teve nada. [...] Foram exceções as escolas que tinham uma estrutura que pudesse atender as necessidades para uma oferta do novo Ensino Médio no estado de Santa Catarina. [...] alguns laboratórios tinham uma dificuldade de ter um profissional; então havia esse desencontro, essa desestrutura. E isso passou o ano de 2022, mas passou e 2023 todo dessa forma. Então a rede não foi preparada. Os trabalhadores não estavam preparados e não tinham condições. Então as escolas, o Ensino Médio em Santa Catarina, ele foi comprometido nesse período pelo modelo pedagógico, pelo formato, mas também pela falta de estrutura e condições para os trabalhadores desenvolverem esses trabalhos (REP-SINTE/SC).

Mesmo diante desse cenário, e observando os equívocos de colocar em terminalidade os cursos de Ensino Médio Integrado, a partir de 2024 houve um incentivo grande por parte da SED/SC para que as escolas retomassem a oferta desses cursos, com o objetivo de aumentar o número de matrículas na Educação Profissional. A estratégia utilizada foi a disponibilização de uma lista de cursos e suas matrizes curriculares previamente aprovadas pelo CEE/SC para que as escolas ofertassem o Ensino Médio Integrado. De acordo com relato de uma das entrevistadas no âmbito desta pesquisa,

O governo está investindo no técnico, nós abrimos EMIEP em comércio, EMIEP em Hospedagem e sempre teve e Transações Imobiliárias à noite. Quantos EMIEP quiser abrir, tu abre! Assim: é só pedir por ofício. Antes tinha que fazer um projeto; tudo bonito, certinho. Passar por aprovação; levava o ano inteiro! Agora, tu manda um ofício e tu abre um curso técnico! No curso de Ensino Médio integrado em comércio, o professor que pegou aula, pegou as quatro matérias que foi para escolha. Ninguém pegou, foi para escolha, ninguém pegou, foi e voltou, foi, voltou. É um professor! E ele tem as quatro disciplinas técnicas. [...] além das 4 matérias, ele dá Geografia na mesma turma, porque ele é professor de Geografia e tem um curso técnico em comércio. Aí, esse curso técnico habilita. É muito fácil se habilitar para dar aula em um Técnico hoje, porque tu não precisas ter faculdade. [...] fez um cursinho técnico básico, tu ficas habilitado (COORD-NEM-ESCOLA13).

O trecho da entrevista evidencia a forma desastrosa como a SED/SC tem atuado na implementação da Reforma do Ensino Médio, que não só retira do coletivo de profissionais da educação da escola a autonomia na construção do Projeto Pedagógico do Curso, como delega a docência para profissionais que não estão suficientemente

[...] aptos a dialogar pedagogicamente sobre como estruturar e organizar aprendizagens de qualidade superior, como elevar o nível do pensamento teórico dos alunos, como superar a forte tradição de ensinar apenas a execução da ação, como superar o formalismo do ensino de fórmulas abstratas e prescritivas de ações (Machado, 2024, p. 15).

Ao tomarem tais decisões, os gestores da política educacional catarinense, fortalecem a concepção de formação defendida pelo Movimento Santa Catarina pela Educação, criado em 2012 por representantes do empresariado catarinense.

[...] o Movimento Santa Catarina pela Educação atua como estratégia importante na defesa dos valores do segmento empresarial; porém, sem ter para si o peso das decisões governamentais (embora tenha

representantes ocupando cargos na esfera estatal), uma vez que estabelece parcerias com o Estado para disseminar valores e reforçar modos de pensar/agir na educação alinhados à expansão econômica. Tal processo, liga sua proposta pedagógica às exigências de reestruturação do setor produtivo e de disponibilização crescente de trabalhadores flexíveis para o mercado, marca essencial do capitalismo financeiro (Spricigo, 2021, p. 232).

É importante frisar que o Movimento Santa Catarina pela Educação, desde sua criação no estado, contou com o apoio do então Secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, que, em entrevista ao programa 'Conversas Cruzadas', declarou:

[...] toda a estrutura das suas escolas, da sua rede, os seus profissionais da educação, seus gestores à disposição para que a gente possa fazer ações como, por exemplo, o dia da família na escola [...]. Outras ações que a gente tem em conjunto, por exemplo, é com escolas da rede estadual e da rede municipal. No caso de Chapecó, com uma ação que nasce dentro do movimento para identificar competências emocionais, introduzir competências socioemocionais no ambiente escolar com escolas da rede estadual e municipal junto com o Instituto Ayrton Senna, uma ação que surge a partir das discussões que foram feitas no movimento. Assim a gente consegue estabelecer um campo de ação muito mais amplo a partir do momento em que a gente envolve os 550 mil alunos da rede estadual, os seus mais de 40 mil professores na ativa que estão ali, os mais de mil e cem gestores que a gente tem que passam a ser atores importantes para que a gente possa fazer a diferença na educação a partir das ideias que são geradas dentro também do movimento (Spricigo, 2021, p. 150-151).

Como podemos observar, a formação dos estudantes da rede estadual de ensino de Santa Catarina tem sido um campo de disputa desde antes da reforma do Ensino Médio, mas que tem na Lei n. 13.415/2017 um apoio à indução para uma concepção empresarial da educação (Silva, Possamai, Martini, 2021). Essa concepção empresarial tem o propósito de acabar com a educação pública de gestão pública, sem

[...] reposicionar a gestão estatal, mas em eliminá-la, instaurando um mercado empreendedor na área. Seu propósito é destruir a “educação pública de gestão pública” e não apenas redefini-la - pelo menos como objetivo final. Os neoliberais querem o Estado apenas como provedor de recursos públicos, como gestor (Freitas, 2018, p. 40).

No caso de Santa Catarina, é de interesse do empresariado a formação de uma mão de obra flexível, capaz de atender às demandas atuais do mercado, que requer trabalhadores resilientes e adaptáveis. O governo do Estado tem assumido o papel de atender a essa demanda, o que, em nossa análise, contribuiu para o aumento significativo das matrículas no Ensino Médio Integrado a partir de 2023, quando essa forma de oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio foi retomada. Esse crescimento pode ser constatado nos dados disponibilizados pela própria Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, no site Educação na Palma da Mão¹. Os dados demonstram um incremento de quase duas mil matrículas em tais cursos em apenas um ano, passando de 5.591 matrículas em 2023 para 7.424 matrículas e 6.227 matrículas em Trilhas de Aprofundamento EPT, em 2024. Em junho de 2025, o número de matrículas em Trilhas de Aprofundamento EPT caiu para 2.388, resultado da terminalidade dessa forma de oferta. Já nos cursos de Ensino Médio Integrado são 17.107 matrículas, observando-se um incremento de quase 10.000 matrículas em poucos meses.

Observamos, em nossas pesquisas, que as várias alterações na legislação educacional vem repercutindo diretamente sobre as escolas, produzindo mudanças que impactam na organização curricular e no trabalho docente. Acompanhamos, nos estudos realizados, seis escolas que ofertam Ensino Médio Integrado desde 2006 e selecionamos uma delas, localizada no litoral catarinense, para demonstrar como as alterações na legislação educacional repercutiram sobre o currículo do curso. Com o intuito de evidenciar esse percurso, o quadro a seguir sistematiza as principais alterações verificadas no período de 2005 a 2023.

Quadro 1: Alterações curriculares em um curso de Ensino Médio Integrado da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina 2005-2023

PARECER	CARGA HORÁRIA FORMAÇÃO GERAL BÁSICA	CARGA HORÁRIA FORMAÇÃO TÉCNICA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Parecer n. 383/2005 Autorização	2.208 h	1.192 h	3.400 h
Parecer n. 099/2011 Atualização	2.592 h	800 h	3.392 h
Parecer CEDB/CEDP n. 135/2015 Atualização	2.400 h	1.056 h	3.456 h
Parecer CEDP/CEE/SC n. 139/2023 Atualização NEM	1.792 h	1.176 h 288h	3.256 h

Fonte: elaboração das autoras a partir dos pareceres do CEE/SC.

¹ O site Educação na Palma da Mão do governo do Estado de Santa Catarina/Secretaria da Educação contém os dados atualizados da educação da Rede Estadual de Ensino. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaMzE2YzZmNTUtMGVlMi00NzYzLTgzOGQtNzU1ZTJiMzE2OWY1IiwidCI6ImExN2QwM2ZjLTRYWmtNGI2OC1iZDY4LWUzOTYzYTJlYzRlNiJ9>. Acesso em: 10 jun. 2025.

No Quadro 1 podemos observar que o curso Técnico em Hospedagem da Escola XXXX, na forma integrada ao Ensino Médio, apresentou oscilações discretas quanto à carga horária total do curso, conforme constam nos pareceres de autorização em 2005, 2011 e 2015. Essas mudanças, sinalizam um histórico de revisões que afetaram gradativamente a estrutura curricular.

Ao analisarmos a carga horária total do curso após a reforma do Ensino Médio, conforme o Parecer CEDP/CEE/SC n. 139/2023, constatamos que houve uma redução de 200 horas na carga horária total do curso — um impacto bastante significativo sobre a Formação Geral Básica — cuja redução foi de 608 horas em comparação à carga horária de 2015, última atualização anterior à reforma do Ensino Médio. Tal cenário evidencia que as modificações não apenas reorganizaram a estrutura do curso, mas também redefiniram as prioridades no que tange à formação básica dos estudantes. Se considerarmos a carga horária de 288 horas constante na matriz curricular como aprofundamento em disciplinas da formação geral básica, ainda assim, 320 horas foram subtraídas da formação básica dos jovens.

Além da redução expressiva da carga horária destinada à formação geral básica, foram inseridas aulas não presenciais nas disciplinas dessa parte do currículo. No total, são ofertadas 6 aulas semanais nesse formato, correspondendo a 240 horas anuais, o que implica menos tempo de atividades realizadas na escola sob acompanhamento e orientação integral dos professores.

Objetivando aprofundar nossas análises acerca dos impactos das alterações nas legislações sobre o Ensino Médio Integrado em Santa Catarina, organizamos, nos quadros 2, 3, 4 e 5, a sistematização da carga horária por área do conhecimento, considerando desde a primeira oferta do Ensino Médio Integrado pela Escola XXX.

Quadro 2: Áreas do conhecimento e seus componentes curriculares

PARECER	ÁREA DO CONHECIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA
Parecer n. 383/2005 Autorização	Linguagens e Códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa e Literatura	192
		Língua Estrangeira espanhol	192
		Artes	160
		Educação Física	192
		Subtotal	736 h
Parecer n. 099/2011 Atualização	Linguagens	Língua Portuguesa e Literatura	288
		Língua Estrangeira moderna espanhol	192
		Língua Estrangeira moderna Inglês	192
		Artes	160
		Educação Física	192
		Subtotal	1.024
	Linguagens	Língua Portuguesa	288

Parecer CEDB/CEDP n. 135/2015 Atualização		Língua Estrangeira moderna	192
		Artes	160
		Educação Física	192
		Subtotal	832
Parecer CEDP/CEE/SC n. 139/2023 Atualização NEM	Formação Geral Básica Linguagens e suas Tecnologias	Língua Portuguesa e Literatura	192
		Língua Estrangeira inglês	192
		Arte	128
		Educação Física	128
		Subtotal	640

Fonte: elaboração das autoras a partir dos pareceres do CEE/SC.

O quadro 2 nos mostra que, na área do conhecimento Linguagens, a carga horária dos componentes curriculares na matriz do Parecer CEDB/CEDP n.135/2015 em comparação ao Parecer CEDP/CEE/SC n. 139/2023, sofreu alterações. O componente curricular Língua Portuguesa e Literatura de 288h passou para 192h, apresentando uma redução de 96 horas. A Língua Estrangeira Inglês manteve as 192 horas; contudo, 128 horas passaram a ser no formato não presencial em 2024. Já a Língua Estrangeira Espanhol não consta nas duas últimas atualizações curriculares. O componente Artes teve uma redução de 32h, passando de 160h para 128h, sendo 32 horas não presenciais. No componente Educação Física, a redução foi de 64 horas, passando de 192h para 128h.

Quadro 3: Áreas do conhecimento Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Matemática e seus componentes curriculares

PARECER	ÁREA DO CONHECIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA
Parecer n. 383/2005 Autorização	Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	Química	192
		Física	192
		Biologia	192
		Matemática	192
		Subtotal	768
Parecer n. 099/2011 Atualização	Ciências da Natureza e Matemática	Química	192
		Física	192
		Biologia	192
		Matemática	288
		Subtotal	864
Parecer CEDB/CEDP n. 135/2015 Atualização	Ciências da Natureza e Matemática	Química	192
		Física	192
		Biologia	192
		Matemática	288
		Subtotal	864
Parecer CEDP/CEE/SC n. 139/2023 Atualização NEM	Formação Geral Básica Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias	Química	128
		Física	128
		Biologia	128
		Matemática	256
		Subtotal	640

Fonte: elaboração das autoras a partir dos pareceres do CEE/SC.

Podemos observar que, no quadro 3, todos os componentes curriculares da Formação Geral Básica, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, e Matemática e suas Tecnologias tiveram a carga horária diminuída na mesma proporção. Química, Física e Biologia tiveram redução de 64h, passando de 192h para 128h. Já em Matemática, a redução foi de 32h, passando de 288h para 256h. No componente curricular Química, além da redução da carga horária para 128 horas, 32 horas passaram a ser no formato não presencial.

Quadro 4: Áreas do conhecimento Ciências Humanas e seus componentes curriculares

PARECER	ÁREA DO CONHECIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA
Parecer n. 383/2005 Autorização	Ciências Humanas e suas Tecnologias	Geografia	192
		Filosofia	160
		Sociologia	160
		História	192
		Subtotal	704
Parecer n. 099/2011 Atualização	Ciências Humanas	Geografia	192
		Filosofia	160
		Sociologia	160
		História	192
		Subtotal	704
Parecer CEDB/CEDP n. 135/2015 Atualização	Ciências Humanas	Geografia	192
		Filosofia	160
		Sociologia	160
		História	192
		Subtotal	704
Parecer CEDP/CEE/SC n. 139/2023 Atualização NEM	Formação Geral Básica Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Geografia	128
		Filosofia	128
		Sociologia	128
		História	128
		Subtotal	512

Fonte: elaboração das autoras a partir dos pareceres do CEE/SC.

O quadro 4 nos mostra que, na Formação Geral Básica, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, assim como nas Ciências da Natureza e suas Tecnologias e em Matemática e suas Tecnologias, todos os componentes curriculares sofreram diminuição em suas cargas horárias. Nos componentes Geografia e História, a carga horária passou de 192h para 128h, reduzindo 64 horas. Em Filosofia e Sociologia, a carga horária passou de 160h para 128h, reduzindo 32 horas e cada um deles com 32 horas não presenciais.

Quadro 5: Eixo Tecnológico Turismo Hospitalidade e Lazer e seus componentes curriculares

PARECER	EIXO TECNOLÓGICO	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA
Parecer n. 383/2005 Autorização	Turismo e Hospitalidade	Economia e Turismo	64
		Turismo e Meio Ambiente	64
		Introdução ao Turismo	64
		Ética, Legislação e Segurança	64
		Introdução a Administração e RH	64
		Eventos e Lazer	64
		Sistemas de Informação	64
		Marketing e Gestão Turística	64
		Meios de Hospedagem e Alimentação	64
		Tópicos Especiais de Turismo	64
		Planejamento e Organização do Turismo	64
		Laboratório de Turismo	64
		Estágio Supervisionado	232
		Estudos Regionais	192
		Subtotal	1.192 h
Parecer n. 099/2011 Atualização	Hospitalidade e Lazer	Introdução ao Turismo	64
		Noções de Administração	64
		Informática Básica	64
		Governança	64
		Legislação Hoteleira	64
		Gestão dos Meios de Hospedagem	128
		Sistema Estrutural do Turismo	64
		Marketing Hoteleiro	64
		Recepção e Reservas	64
		Práticas Profissionais	160
		Subtotal	800 h
Parecer CEDB/CEDP n. 135/2015 Atualização	Gestão e Negócios	Introdução ao Turismo	64
		Eventos e Lazer	64
		Noções de Administração	64
		Governança	64
		Legislação Hoteleira	64
		Gestão dos Meios de Hospedagem	128
		Sistema Estrutural de Turismo	160
		Marketing Hoteleiro	64
		Recepção e Reservas	128
		Estágio Supervisionado	256
		Subtotal	1.056 h
Parecer CEDP/CEE/SC n. 139/2023 Atualização NEM	Percurso Formativo e Aprofundamentos	Projeto de Vida	96
		Introdução ao Turismo e Hospitalidade	64
		Noções de Administração em Hospitalidade e Turismo	64
		Turismo e Meio Ambiente	64
		Eventos e Lazer	64
		Manutenção e Governança	64
		Recepção e Reservas	64
		Gestão Hoteleira	64
		Marketing na Hospedagem e Turismo	64
		Alimentos e Bebidas no Trade Turístico	64
		Sistur	64

	Ética e Legislação Aplicada à Hospedagem e Turismo	64
	Tendências do Turismo	32
	Gestão de Pessoas em Empresas Turísticas	64
	Estágio Supervisionado	256
	Culminância do Curso Técnico	24
	Aprofundamento em Biologia	32
	Aprofundamento em Física	32
	Aprofundamento em Geografia	64
	Aprofundamento em História	64
	Aprofundamento em Filosofia	32
	Aprofundamento em Sociologia	64
	Subtotal	1.464 h

Fonte: elaboração das autoras a partir dos pareceres do CEE/SC.

O quadro 5 apresenta o Percurso Formativo com os componentes curriculares do curso Técnico em Hospedagem que, conforme o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, está no Eixo Tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer, tem carga horária de 800 horas e não é obrigatório o estágio supervisionado.

Para a análise, utilizamos as duas últimas matrizes curriculares: a de 2015 e a de 2023. Podemos observar, na matriz curricular atualizada de acordo com o CBEMTC como Percurso Formativo com início em 2024, que esta mantém a carga horária de 800 horas, distribuídas nas disciplinas da formação técnica. Algumas disciplinas foram desmembradas, outras agrupadas e, ainda, disciplinas novas foram inseridas, tais como: Turismo e Meio Ambiente, Alimentos e Bebidas no Trade Turístico, Tendências do Turismo e Gestão de Pessoas em Empresas Turísticas. O Estágio Supervisionado manteve as 256 horas.

No Percurso Formativo, para atender ao CBEMTC e conforme orientação da SED/SC, a escola teve que incluir o componente curricular Projeto de Vida, com carga horária de 96 horas, todas não presenciais e distribuídas em 32 horas em cada série. Ou seja, o aluno não encontrará presencialmente com o professor desse componente curricular durante todo o curso, exceto se este for o mesmo professor de outra disciplina.

Outra adequação do Ensino Médio Integrado ao CBEMTC foi incluir os “Aprofundamentos” em Biologia, Física e Filosofia com 32 horas cada e Geografia, História e Sociologia com 64 horas cada, todas no formato não presencial. Na soma com as 96 horas do Projeto de Vida, são 384 horas inseridas em uma matriz curricular em que o aluno não estará na escola.

Esta última atualização tem uma matriz curricular unificada, ou seja, todas as escolas públicas estaduais que quiserem ofertar o curso Técnico em Hospedagem, ou qualquer outro curso de Ensino Médio Integrado, deverão utilizar a matriz curricular aprovada pelo CEE/SC e disponibilizada pela SED/SC daquele curso.

As análises das alterações curriculares realizadas de 2005 a 2023 no curso de Ensino Médio Integrado, tomado como exemplo nesse artigo, mas que se estende como configuração curricular nos demais cursos e escolas da Rede Estadual de Santa

Catarina em que são ofertados, ilustram a afirmação de Frigotto (2024, p. 2), de que há um acirramento da disputa pela formação da juventude.

A disputa da direção intelectual, moral e organizativa da escola pública tornou-se cada vez mais acirrada. Nesse acirramento o Ensino Médio e, em particular, o técnico profissional, passaram a ser, cada vez mais, um dos espaços de luta da classe na disputa da formação científica e política da juventude em suas clivagens geracionais, de classe e frações de classe.

Esse acirramento pela disputa na concepção de formação da juventude, que abrange as dimensões intelectual, moral e organizativa da escola pública, não é recente em nosso estado e vem se fortalecendo na última década, encontrando na Reforma do Ensino Médio respaldo para se enraizar e pulverizar por todo o estado, tendo em vista a ampliação das matrículas e cursos observada nos últimos anos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo procuramos demonstrar as repercussões da reforma do Ensino Médio sobre os cursos de Ensino Médio Integrado da rede estadual de Santa Catarina. Por meio de análise documental e entrevistas, observamos que está em curso um processo de precarização da formação dos estudantes que frequentam a escola pública estadual.

Aos jovens que frequentam o Ensino Médio Integrado está sendo sonegado o direito à formação geral básica, tanto pela redução da carga horária em todas as áreas do conhecimento quanto pela instituição de uma carga horária não presencial. Tomamos para a análise dados de uma das escolas da rede estadual de Santa Catarina; no entanto, como o currículo foi unificado para todas as escolas estaduais que ofertam cursos de Ensino Médio Integrado e de Ensino Médio, a repercussão é a mesma em todo o território catarinense.

Concluimos nos estudos realizados até o momento que as escolas da rede estadual de Santa Catarina, cada vez mais perdem a sua autonomia, assim como os jovens que as frequentam, que tiveram a promessa do protagonismo quanto às suas escolhas, mas foram condenados pelas decisões dos gestores e daqueles com os quais dialogam ou sofrem influências a uma formação geral básica precarizada e a uma formação profissional ajustada para a preparação de mão de obra que atenda aos interesses do mercado, igualmente precária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 18 abr. 1997.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso em: 15 jun. 2025. Revogado pelo Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.

BRASIL. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 26 jul. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2022**: resumo técnico. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2022.pdf. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio**: documento-base. Brasília: MEC/SETEC, 2007. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), 11.494, de 20 de junho de 2007, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e o Decreto-lei n. 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n. 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 1, 17 fev. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 15 jun. 2025.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In: RAMOS, Marise Nogueira; FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. (Org.). **Ensino Médio Integrado**: concepção e contradições. 3ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (Santa Catarina). **Parecer CEDB/CEDP** n. 135/2015. Disponível em: http://pesquisas.cee.sc.gov.br/docs_CEE/Parecer/2015/pc135_SDR17%207147_2015.pdf. Acesso em: 3 out. 2024.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (Santa Catarina). **Parecer** CEDP/CEE/SC n. 139/2023. Disponível em:
http://pesquisas.cee.sc.gov.br/docs_CEE/Parecer/2023/pc139_SED%20197640_2023_CEDP_EEB%20Maria%20Rita%20Flor_Atualiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20PC%20T%C3%A9c.%20de%20N%C3%ADvel%20M%C3%A9dio%20em%20Hospedagem_Bombinhas.pdf. Acesso em: 3 out. 2024.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (Santa Catarina). **Parecer** n. 099/2011. Disponível em:
http://pesquisas.cee.sc.gov.br/docs_CEE/Parecer/2011/pc099_CEDB_CEDP_SED%2000011869_2011.pdf. Acesso em: 3 out. 2024.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (Santa Catarina). **Parecer** n. 383/2005. Disponível em:
http://pesquisas.cee.sc.gov.br/docs_CEE/Parecer/2005/383_677051.pdf. Acesso em 3 out. 2024.

FREITAS, Luiz Carlos. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio; Formação humana omnilateral e o Ensino Médio Integrado: a (des)conexão entre formação científica e política da juventude. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 24, p. 1-18, e17172, Jun. 2024. Disponível em:
<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/17172>. Acesso em: 16 jun. 2025.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira. A gênese do decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira (org.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2012.

KUENZER, Acácia Zeneida. Sistema educacional e a formação de trabalhadores: a desqualificação do Ensino Médio Flexível. **Ciência & Saúde Coletiva**, 25(1): 57-66, 2020. Disponível em
<https://www.scielo.br/j/csc/a/WDrjPv8s6s9X5Y63PWG3VgJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. A formação como requisito da legitimidade pedagógica dos professores da Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 24, p.1-17,e17072, Jun. 2024. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/17072>. Acesso em: 16 jun. 2025.

SANTA CATARINA. **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense - Caderno 1 - Disposições Gerais**. Florianópolis: Secretaria Estadual da Educação, 2020a. 116 p. Disponível em: <http://www.cee.sc.gov.br/index.php/curriculo-base-do-territorio-catarinense>. Acesso em: 6 nov. 2024.

SANTA CATARINA. **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense - Caderno 2 – Formação Geral Básica**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2020b. 206 p. Disponível em: <https://www.cee.sc.gov.br/index.php/downloads/documentos-diversos/curriculo-base-do-territorio-catarinense/2068-curriculo-base-do-territorio-catarinense-do-ensino-medio-caderno-2/file>. Acesso em: 6 nov. 2024.

SANTA CATARINA. **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense Caderno 3: Portfólio de Trilhas de Aprofundamento**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2020c. 381 p. Disponível em: <https://www.cee.sc.gov.br/index.php/downloads/documentos-diversos/curriculo-base-do-territorio-catarinense/2067-curriculo-base-do-territorio-catarinense-do-ensino-medio-caderno-3/file>. Acesso em: 6 nov. 2024.

SANTA CATARINA. **Novo Ensino Médio Componentes Curriculares Eletivos: Construindo e Ampliando Saberes - Caderno 4 –Portfólio de Componentes Curriculares**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2020d. 497 p. Disponível em: <https://www.cee.sc.gov.br/index.php/downloads/documentos-diversos/curriculo-base-do-territorio-catarinense/2070-curriculo-base-do-territorio-catarinense-do-ensino-medio-portfolio-de-componentes-eletivos-da-rede/file>. Acesso em: 6 nov. 2024.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Educação na Palma da Mão**. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiMzE2YzZmNTUtMGVlMi00NzYzLTgzOGQtNzU1ZTJiMzE2OWY1IiwidCI6ImExN2QwM2ZjLTRiYWVtNGI2OC1iZDY4LWUzOTYzYTJlYzRlNiJ9>. Acesso em: 3 out. 2024.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na rede pública estadual – um projeto em construção**. Florianópolis: SED/SC, 2007. Disponível em: https://fep.if.usp.br/~profis/arquivo/docs_curriculares/SC/Santa_Catarina_Cadernos_Pedag%C3%B3gicos_EM_Integrado.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.

SANTA CATARINA. **Trilhas de Aprofundamento da Educação Profissional e Tecnológica**. Caderno 5. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2022. 812 p. Disponível em: <https://www.cee.sc.gov.br/index.php/downloads/documentos-diversos/curriculo-base-do-territorio-catarinense/2067-curriculo-base-do-territorio-catarinense-do-ensino-medio-caderno-5/file>. Acesso em: 6 nov. 2024

SILVA, Filomena Lucia Gossler Rodrigues da; POSSAMAI, Tamiris; MARTINI, Tatiane Aparecida. A Reforma do Ensino Médio em Santa Catarina: um percurso atravessado pelos interesses do empresariado. **Revista Trabalho Necessário**, 2021, v. 19, n.39, p. 58-81. <https://doi.org/10.22409/tn.v19i39.47398>. Acesso: 18 nov. 2024.

SPRICIGO, Fabrício. **Movimento Santa Catarina pela educação e perspectivas para a formação profissional**: proposta pedagógica em análise. 2021. 306 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/296/1_tese_versao_final_pos_banca_16456509465207_296.pdf. Acesso em: 4 jan. 2025.